



A FOME COMO REFLEXO DA CRISE POLÍTICA

RELATÓRIO do GHI (Global Hunger Index) comprova o mal terrível que Temer e Bolsonaro causaram ao país. O Brasil, que um dia se destacou na luta contra a fome, enfrenta um pesadelo crescente.

Durante o governo deles dois, a subnutrição aumentou de maneira alarmante, atingindo 3,9% da população.

Segundo o relatório, este retrocesso não é mero acaso, mas sim consequência da instabilidade política provocada pelo golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 e dos efeitos devastadores da Operação Lava Jato.

A drástica redução das políticas sociais que, entre 2003 e 2016 resgataram milhões da miséria, expõe a face cruel de um país que, sob a gestão de Michel Temer e Jair Bolsonaro, abandonou a população mais vulnerável.

O GHI destaca que programas como o Bolsa Família são modelos globais de políticas públicas, pois ao focar em mulheres e crianças transformam vidas ao garantir acesso a alimentação, saúde e educação. Porém, o golpe e a austeridade que se seguiram desmantelaram a estrutura do país, mergulhando milhões de brasileiros de volta à insegurança alimentar e à pobreza extrema. A interrupção destas políticas não só ampliou a desigualdade, mas também perpetuou um ciclo vicioso de desnutrição e falta de oportunidades.

Atualmente, o Brasil ocupa a 33ª posição no ranking do GHI, atrás de países como Chile e Costa Rica. Esta situação é uma dura realidade que expõe não apenas o abandono das políticas públicas, mas também a falta de comprometimento com a justiça social e a dignidade humana, somente agora retomadas pelo governo Lula.

A escalada da fome exige alerta urgente à sociedade e aos gestores públicos, a fim de reforçar a agenda da inclusão, equidade e combate à pobreza. As experiências do passado recente servem como um lembrete importante de que esta luta não é apenas uma questão de números, mas de valores que definem a nação.

FOTO DIVULGAÇÃO



EM DEFESA DO STF: FORTALECER E PROTEGER AS INSTITUIÇÕES

As Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical e Pública, manifestam atenção e discordância com os debates em curso no Congresso Nacional que atacam o Supremo Tribunal Federal e almejam anistiar os golpistas de 08 de janeiro de 2023.

Novamente colocadas em pauta e deliberadas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, as PECs 08/2021 e 28/2024, que tem o objetivo de limitar decisões monocráticas de Ministros do Supremo e permitir a sustação de decisões do STF, e os projetos de Lei 658/2022 e 4754/2016, que visam facilitar o impeachment



FOTO: FABIO RODRIGUES-POZZEBOM / AGENCIA BRASIL

destes Ministros e atacar o princípio constitucional de autonomia dos Poderes da República, mostram uma agenda orientada por retaliações e ataques às instituições.

Além disso, a mesma Comissão pautou um projeto de Lei para anistiar os golpistas de 08 de janeiro de 2023.

São iniciativas que consistem em ataques deliberados ao STF, visando tensionar a relação entre os poderes, depois que este colocou limites à farra da emendas parlamentares. **Leia mais** <https://l1nq.com/my1Go>

Não há desculpas nem há que ter paciência com o caos provocado pelo governo Nunes em São Paulo

Foto Divulgação



Os Conselheiros Municipais de Política Urbana, todos representantes da sociedade civil não empresarial, no exercício da sua competência constitucional de controle social do planejamento urbano da cidade de São Paulo, vêm a público manifestar REPÚDIO à manifestação do Prefeito Ricardo Nunes pedindo "paciência" à população para a falta de energia elétrica, ainda sem previsão de retorno, que afeta milhares de pessoas, e atribuindo esse desastre urbano ao temporal da noite dessa sexta-feira, 11/10, categorizado por ele como evento extremo.

O desplanejamento urbano que produziu número recorde de demolições, novas construções sem

planejamento adequado, forte desmatamento e impermeabilização da cidade de São Paulo, tudo desconsiderando o meio ambiente, o bem estar das pessoas e o interesse público, tudo isto é obra desta gestão, inaugurada pelo Prefeito Bruno Covas e agravada pelo Prefeito Ricardo Nunes.

Tamanho descaço com a cidade e seus cidadãos e submissão à ganância de uns poucos, na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030, é que acirram os eventos extremos. **Leia mais** <https://acesse.dev/LGp5D>

Comunidades indígenas sofrem com incêndios e seca no Pantanal

Foto Divulgação



Em 2020, quando um incêndio queimou mais de 2,5 milhões de hectares no Pantanal, o cacique Negré, do povo Guató, viu o fogo chegar até a sua aldeia, a Barra do São Lourenço, em Corumbá (MS) e consumir a casa de uma moradora. "Foi bem destruidor, foi assustador", lembra. Em outra casa, onde vivia a mãe do cacique, a fumaça tomou conta e os bombeiros precisaram retirar a moradora. "Quase queimou. O bombeiro chegou na hora, conseguiu salvar", lembra.

Agora, em 2024, de janeiro a setembro, as chamas já consumiram 1,5 milhões de hectares no bioma e os moradores da aldeia temem viver novamente os dias de agonia. "Tá vindo esse fogo da região da Serra do Amolar e tem um fogo também que brotou lá no rio Cuiabá, perto de uma fazenda", conta. A Serra do Amolar é uma formação rochosa na fronteira do Brasil com a Bolívia, entre Corumbá e Cáceres (MT), dois municípios cuja principal atividade econômica é a pecuária. **Leia mais** <https://acesse.dev/ZdbSM>